SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/11/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O 11 de setembro brasileiro

No dia 29 de julho de 1998, um modelo de sucesso das telecomunicações brasileiras foi posto abaixo. Guardadas as devidas proporções, é possível dizer que foi o nosso 11 de setembro, data da derrubada das Torres Gêmeas, pilares da demonstração do poder norte-americano.

Quando o martelo bateu na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, foi destruído um sistema que incentivava a pesquisa tecnológica, que mantinha o único centro de pesquisa em telecomunicações fora do eixo Europa/EUA/Japão (CPqD), garantia a existência da indústria nacional de telecomunicações e utilizava o subsídio cruzado para que as regiões e as camadas mais ricas do país financiassem a inclusão digital de toda a população brasileira. Era o fim do Sistema Telebras.

Em 1996, dois antes da privatização, o então ministro das Comunicações, Sergio Motta, enviou ao presidente Fernando Henrique Cardoso a Exposição de Motivos da Lei Geral das Telecomunicações na qual destacava os dois principais pilares do novo modelo: competição e universalização. Segundo ele, a qualidade dos serviços seria uma consequência natural desses dois pilares.

A Exposição também deixava claro que a LGT visava "alterar profundamente o atual modelo brasileiro de telecomunicações, de forma que a exploração dos serviços passe da condição de monopólio à de competição e que o Estado passe da função de provedor para a de regulador dos serviços e indutor das forças de mercado, fazendo, ao mesmo tempo, com que o foco da regulamentação seja deslocado da estrutura de oferta de serviços, como era tradicional, para os consumidores desses serviços".

A ideia era de que seriam criados mercados competitivos e, por meio dessa concorrência, os preços seriam reduzidos e mais usuários seriam incluídos no Serviço Telefônico Fixo Comutado. A competição não era apenas um dos pilares do novo modelo, ela deveria ser a principal referência para que todos os outros objetivos fossem alcançados.

Dezessete anos depois, a telefonia fixa não foi universalizada. A qualidade dos serviços está muito abaixo do desejado, as tarifas e preços são elevados. E agora fica cada vez mais claro o que já denunciávamos desde o início da discussão do novo modelo: a tendência do setor de telecomunicações era se consolidar em poucas empresas e, mesmo que a competição realmente ocorresse, os serviços não seriam universalizados.

Hoje, há na verdade apenas três grandes grupos de telecomunicações no Brasil: Grupo Telefônica/Vivo/GVT; Grupo America Móvil (Claro/Embratel/Net) e a forte perspectiva de consolidação do terceiro grupo – Oi/TIM. Saímos de um monopólio estatal (Telebrás) para um oligopólio privado.

Se a competição seria o grande alicerce do novo modelo, este fracassou redondamente. Mais que uma previsão, há agora uma certeza: muito pior que um monopólio estatal é um monopólio ou oligopólio privado.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/11/2015 - Telesíntese

Oi e LetterOne anunciam acordo para tentar consolidação com TIM

Na manhã desta sexta-feira, 30, a Oi anunciou que entrou em acordo com a LetterOne Technology (subsidiária britânica do fundo russo) para receber a capitalização de US$ 4 bilhões condicionada a uma transação de consolidação com a TIM. A Oi enviou na quarta-feira, 28, uma contraproposta de exclusividade por um período de sete meses (contados a partir do dia 23 de outubro) para proporcionar a combinação de negócios, cujos termos foram aceitos pela empresa russa.

A Oi diz que, em caso de a operação ser aprovada, "espera-se uma redução de alavancagem da Oi, tornando-se um player mais robusto, e a geração de importantes sinergias e ganho de escala, promovendo geração de valor para todos os acionistas. Com a eventual fusão, o novo player poderia competir em maior igualdade no mercado de telecomunicações com a América Móvil e Telefônica. A operadora avalia ainda que "o consumidor deverá ser beneficiado com o consequente fortalecimento da Companhia", apesar da redução de opções de concorrência.

Naturalmente, trata-se apenas de um passo para a investida na TIM, que ainda deverá avaliar uma proposta formal – até o meio-dia desta sexta-feira, a empresa ainda não havia se pronunciado. Vale ressaltar também que o BTG Pactual, um dos principais acionistas da Oi, foi contratado em agosto do ano passado para prospectar alternativas para a consolidação. Ao mesmo tempo, é responsável pela gestão de cerca de R$ 4 bilhões feitos na companhia para a fusão com a Portugal Telecom, valor que sofreu perdar significativas com a desvalorização da companhia desde então. Não está claro ainda se no processo de entrada da Letter One o BTG ou algum outro acionista será diluído ou terá sua participação comprada.

Importante lembrar ainda que no ano passado a superintendência de competição da Anatel levantou "problemas regulatórios" de uma eventual fusão por conta do cap de espectro e sobreposição de outorgas no serviço móvel pessoal (SMP). Qualquer movimento dependerá de anuência prévia à agência. Já o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) também precisaria aprovar a consolidação.

30/10/2015 - Telesíntese

Anatel autoriza reestruturação societária da Algar Telecom

A operadora vai incorporar a subsidiária de TV paga, a Imagem Telecom Vídeo Cabo.

A Anatel autorizou hoje, 30, a restruturação societária da Algar Telecom, com a incorporação da sua operação de TV por assinatura, a Imagem Vídeo. Agora, somente a Oi entre as grandes concessionárias de telecomunicações ainda não fez a incorporação das suas diferentes operações, medida que foi autorizada pela lei que criou o novo serviço de TV paga, o SeAc.

A Algar terá seis meses para informar à agência os bens que serão incorporados à concessão com essa operação, apontar quais são os bens reversíveis e retirar qualquer ônus que possam ter.

Além disso, a empresa se compromete a não questionar o percentual de redução tarifária que será aplicado nas tarifas de telefonia fixa a ser calculado pela agência, devido ao ganho de escopo com essa consolidação.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/11/2015 - Carta Maior

A mídia alternativa e a liberdade de expressão

A grande mídia tem sido beneficiada por um afrouxamento de seus limites. Já a mídia alternativa é reprimida, inclusive com o apoio da grande mídia

Discutir as relações entre mídia e liberdade de expressão se faz cada vez mais necessário no Brasil, na medida que a desigualdade de direitos entre veículos tradicionais e plataformas menores se acentua. No caso da dita grande imprensa, esse direito é bastante dilatado, ao ponto de ser quase impossível alguém, que se julgue ofendido por algo que ela tenha veiculado, sair vitorioso em um pleito judicial.

É reiterada na nossa jurisprudência a dificuldade de se obter uma condenação de um grande órgão de imprensa. Em geral, as ações de defesa da honra acabam não progredindo ou sendo julgadas improcedentes e é nítida a percepção de que os tribunais têm protegido a liberdade de expressão da mídia commercial, desidratando eventuais limitações desse direito.

De fato há uma tendência mundial de desidratação dos limites da lei de expressão e a favor da total liberdade de imprensa, o que é muito positivo. No entanto, no Brasil, ao contrário do que ocorre em outros lugares do mundo, isso é feito em favor de uma minoria, e não em prol da cidadania, o que gera distorções com consequências perversas para a democracia.

Enquanto a grande mídia tem sido beneficiada por um afrouxamento cada vez maior de seus limites, sites blogs e aqueles que escrevem para a chamada mídia alternativa têm sido reprimidos, inclusive com o apoio da grande mídia.

É crescente o número de ações contra eles, o que, inclusive os tem inviabilizado financeiramente.

Um caso emblemático dessa situação é o do blog Falha de S.Paulo. Em 2010, o jornal Folha de S.Paulo, por meio de uma liminar, conseguiu que a página que satirizava suas publicações fosse retirada do ar, sob pena de pagar multa diária de R$ 10 mil, caso o mantivesse.

A alegação foi de "uso indevido da marca", o que não se justifica, uma vez que a intenção dos criadores do blog não era se apropriar da marca, mas apenas exercer sua liberdade de expressão por meio de sátiras, como, aliás, se vê em abundância em veículos da grande mídia.

Mais recentemente, portais como o Conversa Afiada, do jornalista Paulo Henrique Amorim, Revista Fórum, editado pelo Renato Rovai, Blog da Cidadania, de Eduardo Guimarães, O Cafezinho, de Miguel do Rosário, Viomundo, de Luiz Carlos Azenha, Luis Nassif entre outros, foram processados, por pessoas e veículos ligados à grande mídia.

Leia mais em:

http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/A-midia-alternativa-e-a-liberdade-de-expressao/12/34879 http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/A-midia-alternativa-e-a-liberdade--de-expressao/12/34879

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/10/2015 - CUT

Um recado da CUT ao PMDB: vamos às ruas contra o retrocesso

Ao contrário de tirar o país da crise, proposta do PMDB empurra ainda mais o país para a recessão, aprofundando a crise e as desigualdades sociais

Ao contrário de tirar o país da crise, o documento apresentado pelo PMDB nesta quinta, dia 29, vai empurrar ainda mais o país para a recessão, aprofundando a crise, aumentando o desemprego e as desigualdades sociais.

O título, "Uma ponte para o futuro", já deixa claro que os peemedebistas estão se referindo ao futuro dos ricos, dos que sempre tiveram privilégios, muitos desses em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Eles não se constrangem em escancarar que o PMDB é o partido dos patrões, do agronegócio, dos banqueiros, dos setores que mais lucram e menos investem no País.

Uma análise das propostas revela que o PMDB apresentou ao Brasil a agenda do retrocesso social e trabalhista, da retirada de direitos conquistados. Mais grave ainda, mostra que os membros do partido desconhecem totalmente as diferenças sociais deste país de dimensões continentais, rico em recursos naturais, que está entre os dez maiores países do mundo, mas bate recordes em desigualdades. Isso porque, é um país rico, porém, com muitos pobres que precisam desesperadamente de políticas sociais, de geração de emprego e renda e de um Estado indutor do desenvolvimento.

A proposta de idade mínima para aposentadoria – 65 homens e 60 mulheres – é um dos exemplos deste desconhecimento da realidade brasileira. Os políticos do PMDB precisam saber o que nós aprendemos desde muito cedo, quando começamos a trabalhar antes de concluir os estudos para ajudar no sustento da família: o filho do trabalhador começa a trabalhar antes dos 16 anos, enquanto o filho do rico começa depois de concluir a faculdade. Essa proposta, portanto, penaliza o pobre, o filho do operário que terá de trabalhar mais tempo para se aposentar do que os filhos dos ricos.

O PMDB quer, também, rever o sistema de partilha, ou seja, quer abrir espaço para a privatização, vender o patrimônio nacional para os estrangeiros, como fez, diga-se de passagem, FHC com apoio dos peemedebistas.

O retorno do regime de concessão na exploração de petróleo interessa exclusivamente às grandes empresas do setor de petróleo e gás do exterior. Isso impede que os lucros dessa atividade permaneçam no País, além de reduzir os recursos do Fundo Social do Pré-Sal que garantirão o aumento dos investimentos em educação no futuro.

Quanto à prevalência das convenções coletivas sobre as normas legais, conhecida como o "negociado sobre o legislado", a proposta peemedebista estabelece, na realidade, o fim da CLT e coloca em risco todos os direitos da classe trabalhadora, conquistados ao longo de mais de 80 anos de luta. É clara a intenção dos políticos do PMDB de anular os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Outra proposta que vai contra os interesses dos brasileiros é a que acaba com as vinculações constitucionais ao orçamento, como nos gastos com educação e saúde. Essas políticas são prioritárias para qualquer país que queira se tornar desenvolvido e, justamente por isso, têm gastos mínimos determinados na Constituição. Na prática, a proposta do PMDB é que sejam retirados recursos dessas áreas para pagamento de juros da dívida pública.

Leia mais em:
http://cut.org.br/noticias/proposta-economica-do-pmdb--aprofunda-crise-e-prejudica-trabalhadores-59f1/

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/11/2015 - Rede Brasil Atual

O novo normal da desigualdade extrema

Dos mais de 4,8 bilhões de habitantes adultos que vivem em mais de 200 países no planeta terra, somente 0,7% do total de pessoas (34 milhões) concentra mais de 45% da riqueza do mundo

O modo de produção capitalista demonstra historicamente ser uma máquina de reprodução de desigualdades. Mas diferente das sociedades anteriores cuja desigualdade não se apresentava como problema, por ser identificada como natural, no capitalismo a desigualdade não deixa de revelar tensão e medidas voltadas ao seu enfrentamento.

Isso foi, certamente, o que permitiu interromper a trajetória da desigualdade entre a década de 1920 e 1970, sobretudo nas economias capitalistas avançadas. Por um lado, as duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e a depressão econômica entre 1929 e 1939 contribuíram para a queima de riqueza, sobretudo no cume da pirâmide distributiva.

Por outro, o acordo socialdemocrata produzido no período de quase 30 anos considerado glorioso (1947-1973) esteve permeado por uma diversidade de políticas públicas viabilizadas pelo estado de bem-Estar social que elevaram o padrão de vida dos de baixo da pirâmide social. Uma espécie de medianização social pareceria sobrepor-se ao contexto da polarização social herdado do século 19.

Desde os anos de 1980, contudo, o quadro da polarização social gerado pela desigualdade crescente no capitalismo assumiu a condição de novo normal. A substituição do antigo acordo socialdemocrata por políticas de corte neoliberal liberou a concentração da riqueza no andar de cima da sociedade ao mesmo tempo em que comprimiram o padrão de vida das partes restantes da estrutura social.

Pelo relatório anual sobre a riqueza no mundo produzido pelo banco Credit Suisse, o ano de 2015 tornou-se uma referência à marca da história recente. Isso porque a cada 100 pessoas no mundo, uma detém riqueza equivalente à soma das 99 restantes.

Dos mais de 4,8 bilhões de habitantes adultos que vivem em mais de 200 países no planeta terra, somente 0,7% do total de pessoas (34 milhões) concentra mais de 45% da riqueza do mundo, enquanto os 10% mais ricos monopolizam quase 90% de todos os ativos. A cada dois ricos no mundo, um reside nos Estados Unidos, seguido dos chineses e dos ingleses.

Para além da lógica de funcionamento da sociedade neoliberal no mundo, acresce destacar a força exercida pela dominância financeira no processo de acumulação de capital. O comportamento dos mercados cada vez mais especulativos como o financeiro e bursátil assumiu a condição necessária para sustentar o ciclo ascendente da riqueza concentrada.

Apesar da crise de dimensão global iniciada em 2008 e ainda sem solução à vista, a riqueza dos privilegiados se apresenta extremamente sensível às taxas de juros e variações das ações nas bolsas de valores. Tanto assim que menos de 90 das personalidades globais contabilizam o equivalente do que detém simplesmente a metade de toda a população mundial.

O Brasil com 168 mil milionários, ocupa o sétimo posto dos países com mais ricos no mundo. São 42 mil milionários a mais do que em todo o continente africano. Ademais, os milionários no Brasil representam 0,5% do mundo e 35% da América Latina.

Na projeção para os próximos cinco anos, a quantidade de milionários no Brasil deve subir 37%, o que representa a quantia de 229 mil personalidades. Ou seja, 61 mil novos milionários até 2020, quando se espera que economia brasileira não deva crescer acumuladamente mais do que 10% até lá.